

## O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) E OS DESAFIOS GERADOS PELA FALTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES

Késia Patrícia Gil de Carvalho<sup>1</sup>  
Mariana Cosma do Nascimento Dantas<sup>2</sup>  
Rubiana Santos da Silva<sup>3</sup>  
Davi Libânio de Melo<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este estudo investigou se a ausência de formação continuada para os professores da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva interfere no desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Neste sentido foi necessário identificar como a formação pode orientar o professor no processo de ensino e aprendizagem, verificando do professor as estratégias metodológicas adequadas para desenvolver habilidades na perspectiva de atender as necessidades de cada aluno e analisando os recursos didáticos utilizados pelo professor na sua prática pedagógica. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, que consistiu na entrevista com as professoras nomeadas P1 e P2 de uma escola municipal do município do Cabo de Santo Agostinho. Este trabalho está fundamentado em Baptista (2011), Costa, Shmidt e Camargo (2023) e Glat e Pletsch (2011). Os resultados revelam que a formação continuada contribui com o processo de ensino-aprendizagem e demonstra a importância da formação para o professor na perspectiva da construção do PEI, pois promove um ambiente pedagógico, interativo, colaborativo e participativo, contribuindo com a colaboração, individualização e reflexão. Quando a equipe faz o trabalho em conjunto facilita o desenvolvimento professor-aluno. A conclusão aponta que a formação continuada é primordial para a construção do conhecimento e a formação de professores precisa ser contínua para a prática significativa do professor para realizar as intervenções significativas, porém as formações no município do cabo de Santo Agostinho são apenas voltadas para os profissionais de apoio e os professores regentes ficam sem as informações necessárias.

**Palavras-chave:** Plano Educacional Individualizado. Formação continuada. Desafios. Educação Inclusiva.

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade da Escada- FESC.

<sup>2</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade da Escada – FAESC.

<sup>3</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade da Escada – FAESC.

<sup>4</sup>Orientador, do Curso de Pedagogia da Faculdade da Escada – FAESC. Doutor em Ciências da Educação - UFAL/2023.

**ABSTRACT:** This study investigated whether the lack of continuing education for Special Education teachers from an Inclusive Education perspective interferes with student learning development. In this sense, it was necessary to identify how training can guide teachers in the teaching and learning process, verifying the appropriate methodological strategies used by teachers to develop skills in order to meet the needs of each student, and analyzing the teaching resources used by teachers in their pedagogical practice. The methodology adopted was qualitative in nature, consisting of interviews with teachers P1 and P2 from a municipal school in Cabo de Santo Agostinho. This work is based on Baptista (2011), Costa, Shmidt and Camargo (2023), and Glat and Pletsch (2011). The results reveal that continuing education contributes to the teaching-learning process and demonstrates the importance of training for teachers in the context of building an Individualized Education Plan (IEP), as it promotes a pedagogical, interactive, collaborative, and participatory environment, contributing to collaboration, individualization, and reflection. When the team works together, it facilitates teacher-student development. The conclusion points out that continuing education is essential for knowledge building, and teacher training needs to be continuous for meaningful teacher practice and significant interventions; however, training in the municipality of Cabo de Santo Agostinho is only aimed at support staff, leaving classroom teachers without the necessary information.

**Keywords:** Individualized Education Plan. Continuing education. Challenges. Inclusive Education.

## INTRODUÇÃO

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é fundamental, pois organiza e orienta o ensino de forma personalizada para o aluno. Além disso, contribui para que o professor desenvolva um olhar mais reflexivo sobre o processo de aprendizagem e o desenvolvimento de cada estudante. Ele é requerido quando o aluno apresenta algumas necessidades de aprendizagem com deficiência como: TEA, TDHA, TOD, dificuldades de aprendizagem e também para aqueles alunos que não tem deficiências, porém, vivem em um ambiente tóxico familiar. Mas para que isso aconteça precisa de profissionais capacitados.

O Plano Educacional Individual (PEI) é um documento que alinha e prepara o trabalho com discente com deficiência (necessidades educacionais especiais) até mesmo os alunos típicos. Ele é realizado de forma intensificado para focar nas dificuldades e metas de cada aluno. Essa responsabilidade de realizar o PEI deve ser colaborativa e coletiva onde possa envolver os professores, coordenadores pedagógicos, a família do aluno e outros profissionais que o acompanham. A escola tem obrigação de olhar todo o processo e criar um documento oficial, lembrando que esse documento pertence ao aluno e é individual e deve adaptá-lo de acordo com suas necessidades.

Segundo Sasaki, (2005, p.78) “Capacitação profissional é a condição essencial para que a escola consiga atender as necessidades educacionais de todos os alunos”. Contextualizando a fala do teórico acima citado, a capacitação profissional é de suma importância para o ensino aprendizagem dos alunos, o PEI, tem o objetivo de analisar o impacto no desenvolvimento escolar na vida dos alunos, ou seja, fazer um acompanhamento sobre cada aluno, tanto na escola como na vida familiar.

De acordo com Mitler (2003, p.43), “sem formação adequada os professores se sentem inseguros para adaptar o ensino e atender as diferenças individuais”. Sem formação os professores não tem segurança de estar numa sala de aula, aplicando seus conhecimentos aos alunos, pois há uma defasagem de alunos com deficiências intelectuais, isso acarreta em grandes lacunas na educação. Neste sentido surge a seguinte questão: A falta de formação continuada para o professor da educação inclusiva interfere na construção do PEI?

Tendo por hipótese que a formação continuada é um meio de estimular o professor a se qualificar para atender as especificidades dos alunos que fazem parte do público alvo da educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, mas quando não acontece, acredita-se que possivelmente pode interferir na qualidade do ensino aprendizagem, principalmente na elaboração do Plano de Ensino individualizado, ou seja, nas adaptações curriculares.

Neste contexto destaca-se o objetivo da pesquisa: Investigar se a ausência de formação continuada para os professores da especial na perspectiva da Educação Inclusiva interfere no desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Assim, ressalta-se os objetivos específicos: Identificar se existe formação em rede para preparar o professor para o desenvolvimento do PEI; verificar quais os desafios encontrados pelos professores em desenvolver o plano educacional individualizado e analisar como a formação continuada é ofertada para os professores da Educação Inclusiva.

Este trabalho de pesquisa surgiu através das observações dos estágios supervisionados, pois foi possível verificar o quanto os professores de apoio da Educação Especial na perspectiva inclusiva sentem dificuldades para elaborar o plano individualizado. A colocação escolar é um dos enormes obstáculos encarados pela educação atual, principalmente quando se aborda de assegurar uma educação de excelência para os estudantes com carências ou com os alunos que precisam de suportes, recursos e adaptações específicas para alcançar seu pleno desenvolvimento e participação na educação.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### **Formação continuada para os professores da Educação Inclusiva para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com base no PEI**

Ao verificar e explorar a vida acadêmica e os problemas encontrados no ato de incluir e acrescentar, compreendemos que a Formação Continuada dos Professores é fundamental para assegurar o crescimento do apropriamento de adquirir conhecimentos dos alunos, esse grupo específico tem o direito de ter uma educação de boa qualidade nas instituições de ensino, seguindo as diretrizes da educação básica, prevista na legislação brasileira. Esse princípio está fundamentado principalmente na Constituição Federal de 1988, que define a educação como um direito de todos e dever do Estado, baseada nos princípios de igualdade de condições para acesso e permanência, atendimento educacional especializado e gestão democrática.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), reforça esses direitos ao estabelecer que a educação deve ser oferecida sem discriminação, garantindo currículo, métodos e recursos que atendam às necessidades dos estudantes. Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) orientam que as escolas devem promover inclusão, equidade e qualidade, assegurando práticas pedagógicas que considerem as diferenças e potencialidades de cada aluno.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também afirma que nenhuma criança ou adolescente pode ser privado do acesso à escola, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino e a proteção contra qualquer forma de exclusão. Assim, o conjunto dessas normativas determina que a educação no Brasil deve ser inclusiva, igualitária e voltada ao pleno desenvolvimento de todos os estudantes. Requerendo que os professores encontrem-se sempre requalificado, tanto em novas descobertas como os conhecimentos prévios e didático quanto a um conjunto de ações planejadas para resolver um problema pedagógico e os requisitos particulares de cada aluno.

Como afirma Mantoan (2015, p.29), “A inclusão exige professores preparados para responder às singularidades dos alunos”. Deixando claro que no ato de incluir alunos para gerar uma inclusão e a educação, os professores devem estar com qualificação, formação e um suporte preparado para atender e ajudar os alunos com necessidades e diferenças individuais, gerando uma boa aprendizagem e conhecimentos para que esses alunos atinjam suas habilidades e possam ter uma educação verdadeira e com o efeito desejado.

Para Pletsch (2010, p.45), destaca que: “O professor precisa desenvolver competências que lhe permitam planejar e intervir de forma adequada às singularidades dos alunos”. Ou seja, o educador tem obrigação de compreender e desenvolver habilidades que o auxiliem a organizar suas aulas e mediar de forma adequada, levando em conta as necessidades e características no individual de cada aluno, porque o professor que não recebe uma formação adequada, desanda a sua intervenção pedagógica e se apoia nas práticas tradicionais, que na maioria das vezes não falam com as verdadeiras necessidades dos estudantes.

Esse assunto se torna mais aberto quando refletimos no Plano Educacional individualizado (PEI), documento pedagógico muito importante para direcionar a ação com o aluno, mostrando quais objetivos o aluno precisa alcançar, destacando as estratégias em que o professor deve usar para ajudá-los e até como avaliar cada aluno, mas focando e voltado as suas necessidades de cada um, pois ele é um documento individual. Pois esse documento ele guia e organiza, passo a passo do caminho que o educando irá passar, para aprender do jeito que ele precisa e ajudar a melhorar sua aprendizagem.

Contudo, percebemos que sem a formação continuada e sem orientações, os professores sentem dificuldades em montar esse documento, com resultados positivos desfavorecendo assim a aprendizagem. Como aponta Glat e Pletsch, (2011, p.62), com a frase “o PEI só alcança sua função quando é construído de forma colaborativa, reflexiva e fundamentada, algo que depende diretamente da qualificação profissional.” Assim, entendemos que a formação continuada está baseada em um complemento e ao mesmo tempo uma necessidade que não se pode esquecer e nem destacar para concretizar os direitos a aprendizagem.

Dessa forma reafirmamos que a falta de uma boa formação continuada é um dos maiores obstáculos, impedimentos e dificuldades que atrapalham o destaque da inclusão escolar chamado de modelo de ensino que visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características. Uma formação para os professores vai sempre garantir condições de entender e compreender e até ajudar o aluno, permitindo encontrar a causa do problema para colocar em andamento o PEI e aplicá-lo em um planejamento consciente e fundamentado do educador, que organiza experiências de aprendizagem com objetivos claros, para promover o desenvolvimento e o conhecimento dos alunos. Eliminando barreiras e promovendo a igualdade de oportunidades com grandes avanços.

De acordo com Baptista (2011, p.12), “A formação continuada é fundamental para que o professor desenvolva práticas pedagógicas mais inclusivas e consiga tornar o ambiente escolar acessível, acolhedor e favorável ao desenvolvimento dos alunos”. Portanto a formação continuada é fator principal para que os professores mudem suas práticas e torne a escola um lugar de melhor acesso mais inclusivo, favorável e que seja de muito acolhimento e aprendizagem.

### **Os desafios dos professores na perspectiva no desenvolvimento do PEI**

O plano educacional individualizado conhecido como PEI, se estabelece como uma ferramenta importante da educação inclusiva, por orientar a ação organizada e planejada do professor para garantir o aprendizado, o desenvolvimento dos alunos, a criação, o planejamento e execução de como trabalhar as estratégias de ensino direcionando ao aluno que mostra uma necessidade particular. O mesmo estabelece objetivos, planos, métodos e meios e seguimentos que guiam o professor a integrar o ensino as particularidades do aluno.

Segundo a teoria de (Mantoan, 2015, p.13), o documento apresenta um instrumento importante para oportunizar a entrada do envolvimento e o aprendizado do aluno na visão do ato de incluir, porque assim acontece a etapa da educação, pensando na capacidade particular e não só nas deficiências de cada aluno. Dessa forma, a autora apresenta que esse documento não pode ser olhado só como um documento importante que não pode faltar, mas como uma ferramenta pedagógica que auxilie o professor a criar e executar métodos que realmente se adeque para cada aluno.

Ao mencionar que o processo educativo precisa considerar as potencialidades e não somente as dificuldades, ela fortalece o pensamento do ato de incluir, acrescentar e constituir quando o ensinamento é pensado de forma individualizada respeitando o andamento e as carências de cada aluno. Assim a citação mostra que o referido documento é um método principal para assegurar um aprendizado mais lógico socializado e no eixo aos princípios da educação inclusiva.

Um dos primeiros obstáculos diz a respeito à formação docente que é o processo de uma continuidade de preparação de um professor para a profissão incluindo desde a formação inicial, que é a graduação até a formação continuada ao longo da sua carreira, esse elemento central

precisa ser olhado para que o professor entenda a função do documento e alcance a aplicação de forma inteligente e racional.

Com base em Baptista (2011, p.18), afirma que “Somente quando o professor é apoiado por formação contínua é que ele consegue transformar o ambiente escolar em um espaço acessível, acolhedor e promotor de desenvolvimento”. Neste contexto essa declaração fortalece que a formação continuada não pode ser compreendida como um método certo, mas como uma passagem duradoura de edificação de profissionais. No entanto muitos professores falam não ter sido preparados no decorrer da graduação para trabalhar na educação inclusiva e muito menos receberam formações continuadas ofertadas pela rede educacional.

Principalmente no assunto que aborda a ausência de conhecimentos sobre deficiências, transtornos do neurodesenvolvimento, que está voltado para as condições que afetam o desenvolvimento do cérebro na infância, comprometendo habilidades como aprendizagem, comunicação, e comportamento, essas estratégias diferenciadas deveriam ser passadas para cada profissional de uma forma clara e objetiva em que os mesmos pudessem aprender adaptando métodos e recursos para atender as necessidades individuais dos estudantes e também adquirir o conhecimento do processo de avaliar o estudante e suas necessidades individuais, respeitando seus tempos garantindo sua oportunidade de aprender.

Com as ausências dessas formações as inseguranças aparecem dificultando a elaboração de um PEI muito importante. Vários professores finalizam colocando o documento mais por obrigação de que um dever, que a lei exige que seja cumprido, do que pôr a capacidade de entender os processos de ensinar e aprender, o que acaba diminuindo sua utilidade no dia a dia na sala de aula.

Em alguns contextos o PEI é visto como um documento administrativo com excesso de regras, determinado para validar rotinas inclusivas, e não como um instrumento, uma peça didática pedagógica. Tendo essa concepção desacertada da finalidade do documento, será preenchido de forma mecânica, sem acompanhamento e reflexão. No entanto, quando é devidamente aplicado, o documento torna-se um instrumento vivo, contínuo. Ferramenta norteadora nas definições didáticas pedagógicas e proporcionando ações adaptadas às exigências dos alunos.

Sendo assim, torna-se indubitável o desenvolvimento do documento nas perspectivas que transcendem as habilidades e competências peculiares do professor. É importante que nesse

processo haja um suporte institucional com políticas públicas e recursos direcionados a aplicação do PEI, conforme afirmam Siqueira, Reader e Estef (2015, p.78), “A criação de uma rede de apoio que inclua psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais pode facilitar a execução do PEI e garantir que os alunos recebam o suporte necessário”. Este conjunto é crucial para que o documento não seja uma atribuição individual do professor, mas um empenho de toda a comunidade escolar.

### **As contribuições no processo de ensino aprendizagem da criança na educação inclusiva intermediada pelo PEI**

Ao examinarmos o papel do Plano Educacional individualizado (PEI) na situação da educação inclusiva. Observamos que essa ferramenta reflete uma das responsabilidades mais objetiva e clara para que a aprendizagem dos alunos com necessidades específicas os mesmos que necessitam de adaptações e recursos adicionais para seu desenvolvimento nos ambientes escolar e social, devido às suas necessidades como deficiência física, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento como o TEA, altas habilidades e dificuldade de aprender, deixe acontecer de maneira real onde possa produzir o resultado esperado.

O PEI não é apenas um documento oficial institucional escolar que junta informações formais do aluno, colocando suas necessidades da educação, avaliações e ajuda no seu acompanhamento, mas sim uma base importante para construir, revisar e acompanhar, ele vem mostrando todos os dados do aluno, garantindo que quando acontecer uma troca de professores ou equipes, fiquem registradas nele de maneira clara que possa ser olhada, pois ele funciona como uma apresentação da educação e ensino bem organizada definindo as metas, estratégias e formas de como acompanhar ajustando as características do aluno.

Segundo Costa, Shmidt e Camargo (2023, p.5): “O PEI é uma metodologia que pode ser muito útil quando tomada com base em alguns princípios para sua funcionalidade, como: colaboração, individualização e formação”. Dessa forma contribui de modo decisivo para que o ensino deixe de ser simples e possa ser alcançado, como uma importância possível para cada aluno, cumprindo os andamentos, maneiras de aprendizagem e deixando de acontecer a falta de apoio.

O documento compõe o processo de ensino-aprendizagem no qual tem a interação complexa entre as estratégias pedagógicas, recursos de apoios, relações sociais com pessoas e

várias atuações de diferentes profissionais, para que a criança não seja olhada apenas como um aluno que ganha mudanças pontuais, mas como uma pessoa com etapas que necessita ser planejado com um objetivo definido.

Esse objetivo pedagógico fala diretamente com a ideia histórico-cultural de Vygotsky que leva em conta o desenvolvimento da criança como resultado das trocas que acontecem entre pessoas e ambientes, nessas trocas podem ser os sociais (criança e colegas) pedagógicas (criança e professor), ambientais (crianças materiais, espaços e recursos) e mediações que são as ações intencionais do professor ou de outras pessoas que venha ajudar a criança a compreender, aprender ou realizar uma ação que não conseguiria sozinha aplicadas ao longo da aprendizagem.

Nesse sentido o autor declara que “a mediação adequada possibilita que a criança avance em sua zona de Desenvolvimento Proximal, realizando aquilo que não conseguiria sozinha” (Vygotsky, 1998, p.12). Essa citação demonstra que, quando o professor programa ações planejadas e direcionadas para atender as necessidades individuais de um aluno, por meio do PEI, ele assume o papel de um facilitador e orientador importante para que o aluno chegue a níveis que não podem ser alcançados sem apoio.

Assim compreendemos que esse documento se estabelece como instrumento que torna prático e aplicável a essa orientação de facilitar a aprendizagem, tornando possível que ações pedagógicas que são estratégias, atividades ou intervenções planejadas pelo o professor ou equipe escolar, com o objetivo de promover o aprendizado e todo o desenvolvimento e a inclusão do aluno gerando avanços verdadeiros à realidade. Ainda na visão Vygotskyana, a estrutura do processo de transmitir conhecimentos, habilidades e valores que possuem uma função que define no desenvolvimento.

Segundo Vygotsky sustenta que “o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer” (Vygotsky,1998, p.89). Esse ato de pensar cuidadosamente, torna mais forte a importância de o professor organizar ações planejadas e direcionadas para promover mudanças e melhorias realizadas com intenção de um propósito específico, claro e lógico, atendendo às necessidades individuais do aluno adquirindo o processo de ensino-aprendizagem de uma forma personalizada, inclusiva e efetiva do documento.

Ao estabelecer objetivos claros alcançáveis estratégias de apoio e métodos de avaliação contínua, o PEI proporciona condições de funcionamento das funções mentais relacionadas ao

pensamento, aprendizagem, memória, atenção, raciocínio e solução de problemas e a percepção, compreensão e gestão das próprias emoções, relações interpessoais e habilidades sociais que, sem essa organização não seriam provocados. Dessa maneira, o plano exerce como instrumento que dá organização ao aprendizado, garantindo que o aluno tenha chances existentes de crescer mesmo diante de dificuldades que tem importâncias.

Em outra perspectiva é considerável que o PEI colabore para que o professor também faça uma análise sobre suas práticas pedagógicas, visto que ao desenvolver o plano, é essencial que ele faça uma sondagem do aluno para apontar suas competências, ajustar objetivos reais e tecer alinhamento particular. Esse método torna o ensinamento mais agudo, socializado e proposital, o que repercute de maneira positiva no progresso da criança e na realização docente.

Mediante as colaborações de Vygotsky e Glasersfeld, o PEI está embasado em dois princípios: A mediação social e a construção ativa do conhecimento. Diante da concepção vygotskyana, o PEI se apoia como intervenção efetiva que motiva a criança a se desenvolver na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) por meio de ações construtivas. Já as contribuições de Glasersfeld enfatiza que o PEI assegura a aprendizagem seja relevante e integrada à forma individual de cada criança compreender o mundo. Diante das duas perspectivas fica evidenciado que o PEI é um instrumento fundamental para tornar o ensino alcançável e eficiente.

10

Diante do exposto, constatamos que o PEI não é apenas uma imposição documentada, mas um instrumento que aprimora o progresso e expande a perspectiva de aprendizagem favorecendo a atuação integral da criança na vida escolar. Ele proporciona perspectivas para que o sistema educativo responda às especificidades de cada aluno, corroborando com uma educação inclusiva, não só no acolhimento, mas possibilitando, emancipando e assegurando o direito de aprender.

## METODOLOGIA

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, pois busca compreender as experiências e desafios enfrentados pelos professores na elaboração do PEI. É a etapa em que o pesquisador tem a perspectiva de interagir com os indivíduos que constatarem a realidade investigada. Por isso, na pesquisa qualitativa a interação entre o pesquisador e o sujeito pesquisado é primordial e indispensável, que o pesquisador busque compreender as informações para que tenha autoconfiança de como irá apresentar.

Sendo assim, Carvalho (2020, p.140), diz: “A formação continuada de professores para a educação inclusiva é um desafio que se impõe diante das demandas de uma escola que busca ser para todos. A elaboração e implementação do PEI exige dos docentes conhecimentos teóricos e práticos, além de um trabalho colaborativo com a equipe multiprofissional e a família”. Portanto, os professores necessitam prosseguir estudando para alcançar o trabalho com a inclusão. Para produzir e executar o Plano Educacional Individualizado (PEI), o professor requer de informações e suporte de outros profissionais e da família do aluno.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal localizada no município do Cabo Pernambuco. A mesma está localizada no bairro próximo a cidade atendendo ao público da Educação Infantil a EJA, funcionando os três turnos matutinos, vespertino e noturno com aproximadamente 1.320 alunos. O espaço físico é composto por dezesseis salas de aulas, a sala dos gestores, uma secretaria, nove banheiros, três corredores, uma cozinha, um refeitório, uma área de serviço, uma sala de professores e a sala do AEE. A pesquisa qualitativa aproxima-se a buscar nas ocorrências informações para o estudo.

Para esta pesquisa foram pertencentes dois professores. Para a cautela de suas identidades serão designados P1, P2. A professora P1 é graduada com experiência de 8 anos e a P2 é graduada com experiência de 12 anos, ambas formadas em pedagogia e pós-graduada. De acordo com (Ludke; André, 2020, p.25). “Os professores, enquanto sujeitos da pesquisa, contribuem com interpretações próprias sobre sua prática e sobre o cotidiano escolar.” Portanto, a investigação em educação só dá uma direção quando escutamos as experiências faladas e vividas pelos professores dando-lhes oportunidades de se expressar no que realmente acontece no cotidiano escolar.

Para a determinada pesquisa foi escolhido o instrumento de coleta de dados, sendo entrevista semiestruturadas. Neste sentido, sendo assim, Flick, 2009, p.143, explica que: “As entrevistas semiestruturadas são guiadas por um roteiro, mas permitem certa flexibilidade para adaptar as perguntas durante a interação”.

A entrevista não pode ser rígida, dependendo das interações pode mudar, pois compreende as experiências dos participantes em investigar de forma organizada e planejada, o pesquisador consegue entender através de entrevista e coleta de dados os comportamentos dos indivíduos, como as situações que elas acontecem, coletando informações verdadeiras e conseguindo dados através das perguntas usando os recursos de investigação.

## ANÁLISE DOS DADOS

A formação continuada é primordial para os professores, pois é através dela que se tem um direcionamento na forma de trazer intervenções e técnicas que beneficie a teoria e a prática pedagógica. Diante disso, surge a seguinte questão: Quais os desafios que você tem enfrentado pela falta de formação continuada?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P <sub>1</sub>	Lido com dificuldade para ajustar atividades e atender alunos com necessidades específicas por causa da falta formações adequadas.
P <sub>2</sub>	Tenho dificuldades em planejar aulas acessíveis e lidar com diferentes ritmos de aprendizagem que causa uma lacuna ao ensino.

**Quadro 1:** Respostas dos professores.

É fato que a formação continuada contribui com a Educação Inclusiva, porém existem vários desafios que dificultam a elaboração desse documento. Neste sentido P<sub>1</sub> ressalta sobre as dificuldades para ajustar as atividades e atender os alunos, porém não deixa claro quais as dificuldades. Contudo a P<sub>2</sub> destacou a importância de adaptar o ensino as necessidades dos alunos, mas ressaltou que a falta de tempo interfere no planejamento das atividades e com isso o Plano Individualizado termina não estando adaptado com base no que se esperava.

O que corrobora com os achados de Glat e Pletsch (2011, p.62), ao afirmar que “O PEI, só alcança sua função quando é construído de forma colaborativa e reflexiva e fundamentada a algo que depende diretamente da qualificação profissional”. Assim entende-se que a formação continuada está baseada em um complemento e ao mesmo tempo uma necessidade que não se pode esquecer e nem destacar para concretizar os direitos a aprendizagem.

Diante da afirmação acima, surge outra questão essencial sobre como a formação continuada pode auxiliar o ensino e aprendizagem e como essa questão pode influenciar nesse contexto, logo surgiu a seguinte questão, perguntamos as participantes: Como a formação influencia sua prática pedagógica no atendimento aos alunos da Educação Inclusiva e na elaboração do plano de Ensino Individualizado?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P <sub>1</sub>	A formação ajuda a compreender e entender as necessidades de cada aluno, ensinando como planejar melhor as aulas e como executar em sala de aula e criar um PEI adequado individualizado.
P <sub>2</sub>	A formação traz uma segurança para adquirir informações e conhecimentos para ensinar melhor, ajudando o profissional a atender de forma correta os alunos e construir o seu documento corretamente de acordo com as dificuldades e potencialidades de cada estudante.

**Quadro 2:** Respostas dos professores.

Ao analisar as respostas das participantes, é evidente que ambas se completam, pois P<sub>1</sub> ressalta que a formação continuada ajuda a compreender e entender as necessidades de cada aluno, planejando e executando de forma individualizada. Neste sentido a P<sub>2</sub> complementa afirmando que a formação continuada possibilita segurança para adquirir informações e conhecimentos orientando o profissional a atender e dar assistência dos alunos, de acordo com as suas especificidades e capacidades. A formação constrói nesses ambientes segurança, informações e orientações para os profissionais e suporte assistencial para os alunos.

Através das respostas das participantes é perceptível que a formação traz muitas possibilidades de como criar um ambiente acolhedor no atendimento e na elaboração do PEI, na perspectiva da Educação Inclusiva. Batista (2011, p.18), ressalta a importância da formação continuada. “Somente quando o professor é apoiado por formação continuada é que ele consegue transformar o ambiente escolar, mas acolhedor, acessível e promotor do desenvolvimento”. Neste contexto essa declaração fortalece que a formação continuada não pode ser compreendida como método certo, mas como uma passagem duradoura de edificação de profissionais.

Percebe-se que a formação é primordial para as práticas docentes e vem se tornando um grande facilitador em exercício das práticas educacionais, pois a construção de novos saberes são necessárias para que o professor regular junto ao professor de apoio possam construir um plano individualizado que de fato atenda as expectativas da aprendizagem do aluno. Diante dessas afirmações perguntou-se as entrevistadas: Na sua percepção, a ausência de formação continuada interfere na aprendizagem dos alunos da Educação Inclusiva? Justifique.

SUJEITOS	RESPOSTAS
P <sub>1</sub>	Sim, interfere. Sem formação continuada o professor tem mais dificuldade para adaptar as aulas e atender as necessidades dos alunos da Educação Inclusiva. Isso pode prejudicar a aprendizagem, pois nem todos conseguem acompanhar. Com formação, o ensino fica mais adequado e inclusivo.
P <sub>2</sub>	Sim. Sem formação o professor fica prejudicado nas adaptações das aulas com os alunos da Educação Inclusiva.

**Quadro 3:** Respostas dos professores.

Com base nas respostas de P<sub>1</sub> e P<sub>2</sub> percebe-se que a ausência de formação prejudica tanto o professor como o aluno. Na percepção de P<sub>1</sub>, ela afirma que a ausência de formação continuada prejudica a aprendizagem. Enquanto a P<sub>2</sub> complementa afirmando que a falta de formação prejudica nas adaptações das aulas e continuidade do estudo é fundamental para promover o ensino-aprendizagem.

Assim, P<sub>1</sub> e P<sub>2</sub> se completam nas respostas, onde ressaltam sobre a ausência de formações dificultando a aprendizagem de ambos (professor e aluno). De acordo com Sasaki, (2005, p.78), “Capacitação profissional é a condição essencial para que a escola consiga atender as necessidades educacionais de todos os alunos”. Contextualizando a fala do teórico acima citado, a capacitação profissional é de suma importância para o ensino-aprendizagem dos alunos, o PEI, tem o objetivo de analisar o impacto no desenvolvimento escolar na vida dos alunos, ou seja, fazer um acompanhamento sobre cada aluno, tanto na escola como na vida familiar.

Neste contexto, é fundamental observar como todo esse tema vem repercutindo sobre a ausência de formação continuada e da interferência na aprendizagem dos alunos. Portanto não é somente a ausência de formação, mas também a falta de recursos. Perguntou-se: Há oferta de formação continuada em rede para preparar os professores no desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI)?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P <sub>1</sub>	Sim. Há oferta de formação em rede, com cursos e orientações sobre o PEI. Porém, nem sempre chega a todos os professores de forma igual.
P <sub>2</sub>	Sim. Mas nem sempre abrange a todos.

**Quadro 4:** Respostas dos professores.

A formação auxilia o professor no processo de ensino e aprendizagem como facilitador na construção do PEI. P<sub>1</sub> destacou que a formação ofertada em rede é fundamental para as orientações e intervenções sobre o PEI, porém não atende as expectativas dos professores regulares, pois são voltadas apenas ao professor de apoio e com isso interfere na elaboração do plano individualizado, pois é de responsabilidade do professor regente.

Através das respostas de ambas nota-se que tem o mesmo direcionamento e complemento nas falas, onde citam a importância da oferta de formação em rede, para prepará-los de forma igualitária. Para Pletsch (2010, p.45), destaca que: “O professor precisa desenvolver competências que lhe permitam planejar e intervir de forma adequada às singularidades dos alunos”. Esse conjunto é crucial para que o documento não seja uma atribuição individual do professor, mas um empenho de toda a comunidade escolar.

Observa-se que o professor necessita relacionar teoria com a prática continuamente, transformando o ensino em um processo dinâmico e significativo para os alunos. Ao articular os conhecimentos teóricos com situações reais do cotidiano, o professor favorece a construção do aprendizado de forma mais concreta. Nesse sentido, a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), transforma-se em um instrumento fundamental para atender as necessidades particular dos alunos. Através dessa afirmativa surgiu a questão: Quais são os desafios enfrentados na Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI)?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P <sub>1</sub>	Conhecer bem o aluno; Falta de formação dos professores; Tempo limitado; pouca parceria da família e trabalho em equipe.
P <sub>2</sub>	O maior desafio é o apoio da família. Porém, existem outros. Falta de formações específicas para os professores regentes. A escassez de tempo para os professores construir o PEI porque exige observações minuciosa do aluno.

**Quadro 5:** Respostas dos professores.

É necessário que busquem suporte através de formações e colaborações para elaborar o PEI. P<sub>1</sub> destaca as dificuldades encontradas na elaboração do Plano Educacional Individualizado juntamente com a equipe educacional. Já P<sub>2</sub> traz a parceria de escola, família e formações

direcionada ao professor regente e um tempo adequado para as observações com os alunos, de forma mais aprofundadas.

Para colaborar Carvalho (2020, p.140), diz “A formação continuada de professores para Educação Inclusiva é um desafio que se impõe diante das demandas de uma escola que busca ser para todos”. A elaboração e implementação do PEI exige dos docentes conhecimentos teóricos e práticos, além de um trabalho colaborativo com a equipe multiprofissional e a família. Portanto, os professores necessitam prosseguir para alcançar o trabalho com a inclusão. Para produzir e executar o Plano Educacional Individualizado (PEI), o professor requer informações e suporte de outros profissionais e da família do aluno.

Diante das afirmações das participantes entrevistadas acima, percebe-se que P<sub>1</sub> e P<sub>2</sub> seguem uma linha de pensamentos semelhantes, onde as falas se completam. Pois P<sub>1</sub> afirma que os desafios enfrentados são: falta de formação para os professores regentes e de apoio; escassez de tempo; falta de recursos; apoio familiar e a colaboração da equipe escolar. A formação é o eixo principal para enfrentar todos os desafios.

Observa-se que P<sub>2</sub> destaca que o maior desafio é o apoio da família, porém esse não é o único desafio que ela encontra. Embasado nas falas das duas entrevistadas, fica registrado os desafios enfrentados para a elaboração do Plano Educacional Individualizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa investigou se a ausência de formação continuada para os professores da especial na perspectiva da Educação Inclusiva interfere no desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Com os dados coletados através das entrevistas, foram encontrados segundo as entrevistadas que o PEI é uma ferramenta primordial para ser trabalhado e incluso na educação inclusiva, mas sua efetivação enfrenta ainda vários obstáculos no cotidiano escolar.

Os resultados mostraram que a falta de formação continuada atinge as práticas pedagógicas dos professores, trazendo as suas dificuldades em realizar os planejamentos de aulas, as adaptações de atividades e os atendimentos aos alunos com necessidades específicas que não são alcançados. As palavras das integrantes (P<sub>1</sub> e P<sub>2</sub>) mostraram que sem a capacitação as professoras ficam inseguras de desenvolver e executar o PEI, o que vai sempre comprometer o processo de ensino e aprendizagem.

Outro ponto que se destacou na pesquisa, foi: a limitação de tempo, a falta de recursos para trabalhar e a necessidade de maior participação da família e da equipe escolar. Além disso, foi exposto pelas professoras que a formação continuada do Município do Cabo de Santo Agostinho, são voltadas aos profissionais de apoio e os professores regentes ficam de fora e com isso termina contribuindo para um plano individualizado insatisfatório, porque não atende as expectativas do professor e nem do aluno.

Essas causas mostraram como obstáculos significativos para criação de um documento que verdadeiramente atenda as características dos alunos. Mas mesmo que exista oferta de formações continuadas em redes, a mesma ainda não acontece de forma justa, pois não dão direito a todos os professores, principalmente os regentes. Diante disso, pretende-se apresentar este trabalho de pesquisa a secretaria de educação do município do Cabo de Santo Agostinho na perspectiva de poder contribuir com a oferta de formação continuada para os professores regentes conseguirem construir o PEI para atender as especificidades dos alunos.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C.R. **Ações pedagógicas e educação especial:** a sala de recursos como prioridade. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.17, p. 59-76, 2011.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília, DF: MEC/SEB, 2013.

CARVALHO, M. F. **Inclusão escolar:** desafios e possibilidades na formação de professores. *Educação e sociedade*, v. 41, n. 146, p. 123-140, 2020.

COSTA, Daniel Da Silva. SCHMIDT, Carlo. CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. **Plano Educacional Individualizado:** implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PPfgrTp5g4bCWvpYLTYdbMK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01/12/2025.

- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.
- MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- PLETSCHE, Marília Denise. **Ensino Inclusivo e aprendizagem: desafios e possibilidades**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.
- SIQUEIRA, Carla Fernanda; REDIG, Annie Gomes; ESTEF, Suzanli. **Plano Educacional Individualizado: uma estratégia no processo de inclusão escolar de uma aluna com deficiência intelectual**. Anais do IV CEDUCE, 2015.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.